



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 154 - Maio 2010

NOSSA OPINIÃO

- [Os direitos comunitários devem ser o centro do controle dos recursos na África](#)

CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS POVOS: MUDANÇA CLIMÁTICA E DIREITOS DA MÃE TERRA

- [Pelo caminho de Cochabamba](#)
- [Uma agenda unificada dos povos diante da mudança climática](#)
- [Mulheres e mudança climática em Cochabamba](#)
- [Eduardo Galeano, presente em Cochabamba](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Brasil: o papel duplo da Noruega na conservação e na destruição da Amazônia](#)
- [Guatemala: florestas, água e futuro não vendem pelo petróleo cru!](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Quênia: o Serviço Florestal ao resgate dos eucaliptos](#)
- [A invasão da celulose continua: empresas vinculadas com a Asia Pulp and Paper se estabelecem no Vietnã](#)
- [Moçambique: vídeo e publicação sobre a expansão das plantações de árvores](#)
- [Banco Mundial: chega de financiamento para as plantações de dendezeiros!](#)

NOSSA OPINIÃO

- Os direitos comunitários devem ser o centro do controle dos recursos na África

A África está se tornando rapidamente a Terra Prometida para as potências emergentes- como nos casos do Brasil, China e Índia- que tentam superar competitivamente as antigas potências coloniais na luta pelas riquezas desse continente. Ao mesmo tempo, outros países comparativamente menos poderosos- tais como a Arábia Saudita, Qatar, Kuwait, Coréia do Sul, Finlândia e outros- estão se apropriando de tudo o que puderem- terras agrícolas, florestas, mercados de carbono, mão-de-obra barata- nos espaços que os primeiros deixaram desocupados.

À medida que a paz se espalha sobre o continente que foi até recentemente

destruído pela guerra, governos nacionais e estrangeiros- do Norte e do Sul- abrem oportunidades para que as corporações internacionais tenham acesso aos recursos naturais da África. As palavras chave usadas para esconderem suas verdadeiras intenções- lucro e pilhagem- são mitigação da pobreza, geração de empregos, assistência sanitária, educação, desenvolvimento.

Nesse contexto, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Libéria (SDI pela sua sigla em inglês) foi anfitrião da oportuna “Conferência Internacional sobre Direitos Comunitários e Recursos Naturais”, realizada em Monróvia de 27 a 29 de abril e organizada conjuntamente com a Rede de Direitos Comunitários da África e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais.

O encontro reuniu 35 representantes comunitários de 9 municípios liberianos, delegados de ONGs de 10 países africanos (Camarões, República da África Central, Congo Brazzaville, Gabão, Gana, Quênia, Libéria, Nigéria, Tanzânia e Togo), bem como participantes do Brasil, Costa Rica, Equador, Países Baixos, Reino Unido e Uruguai.

As questões principais abordadas no encontro referiam à extração dos recursos naturais e os direitos comunitários, focalizando particularmente o setor florestal e abrangendo a extração industrial de madeira, as plantações de árvores em grande escala e os mercados de carbono relacionados com a floresta (REDD).

No caso da Libéria, a organização anfitriã (SDI) tinha recentemente alertado que “há evidência convincente de que as atividades de exploração madeireira em grande escala, contrariamente às expectativas generalizadas, não mitigam a pobreza nem geram empregos seguros e decentes para as comunidades florestais. De fato, constatou-se que essas atividades exacerbaram a pobreza nas comunidades florestais, e em outras instâncias tiveram um papel protagônico no financiamento de atores públicos e privados envolvidos em violentos conflitos.” (1)

A despeito da evidência, o governo liberiano está disponibilizando um terço das florestas do país -mais de 1 milhão de hectares- para a extração industrial de madeira, provocando sérias preocupações entre as comunidades florestais que serão afetadas por tais atividades.

A situação foi discutida no encontro de Monróvia e após um frutífero intercâmbio de experiências, os representantes comunitários da Libéria elaboraram uma declaração (2) explicando que embora “a nova lei florestal da Libéria possibilite a consulta às comunidades locais e sua participação livre e informada nos processos de tomadas de decisões sobre seus recursos florestais... os processos que levam à assinatura de acordos sociais entre as comunidades e os beneficiários das concessões não levam em consideração a participação informada das comunidades afetadas...” A declaração acrescenta que “as comunidades locais têm sido ignoradas reiteradamente quanto às decisões relacionadas com o uso de seus recursos florestais”, e que “os beneficiários do contrato e quem controla os recursos florestais sistematicamente não respeitaram os direitos comunitários e não garantiram o cumprimento de benefícios para as comunidades...”

Como resultado, uma das principais demandas foi “que todos os acordos sociais

assinados entre as comunidades afetadas e os beneficiários das concessões sejam renegociados”.

Por sua vez, os membros da Rede de Direitos Comunitários da África (ACRN) também emitiram uma declaração (3) exigindo uma série de ações urgentes nos países da região, entre elas as seguintes:

- Que os direitos comunitários (DC) sejam o centro do manejo e controle dos recursos naturais
- Que o governo garanta a elaboração de leis de DC e se tal lei já existe que seja implementada integralmente e que estejam acessíveis para o conhecimento das comunidades.
- Que os governos garantam o acesso às informações sobre o manejo dos recursos naturais para as partes interessadas, em particular para as comunidades afetadas.
- Que o envolvimento da comunidade esteja baseado no consentimento prévio, livre e informado.
- Que os governos garantam que as mulheres tenham iguais direitos e acesso bem como participação equitativa no manejo dos recursos naturais.
- Que o governo garanta que serão pagos preços justos pela exploração dos recursos naturais na África.

O encontro também abordou a questão das plantações em grande escala - seringueira, dendezeiro, eucalipto- bem como do mercado de carbono em geral e do mecanismo REDD em particular, em relação aos potenciais impactos sobre as comunidades locais da África e sobre seus direitos. A esse respeito, a declaração da comunidade exigiu “que haja mais consultas à comunidade e que sejam diretas ao tratarem de questões emergentes tais como o Acordo de Parceria Voluntária, REDD, mercado de carbono e plantações em grande escala”.

Por sua vez, a declaração da ACRN “apontou o aumento na quantidade de terras que estão sendo alvo para a plantação em grande escala de monocultura na África nos últimos anos” e expressou que “tendo percebido os impactos negativos das plantações em grande escala pedimos vigilância a fim de proteger os meios de vida e o ambiente.” Ao mesmo tempo, eles “apontaram que o comércio de carbono providenciará uma desculpa perfeita para os países industrializados do Norte para escaparem da responsabilidade de reduzir drasticamente suas emissões de carbono” e portanto rejeitaram “o comércio de carbono como um meio de financiamento do manejo florestal sustentável.”

Tanto a declaração da comunidade quanto a da ACRN mostram as diferenças abismais entre os enfoques comunitário e corporativo no tocante à extração dos recursos naturais. Enquanto o primeiro está focalizado nos direitos comunitários, o último pensa em termos de acesso e de apropriação dos recursos de outros povos para gerar lucros. Enquanto o primeiro pode garantir benefícios no longo prazo para as comunidades florestais, o último resulta em aumento da pobreza e destruição dos recursos. Enquanto o primeiro pode conservar as florestas, o último resulta em sua degradação e em sua substituição por plantações de monoculturas de árvores.

Neste contexto, a mensagem proveniente da Rede de Direitos das Comunidades

da África é alta e clara: “Os Direitos Comunitários devem ser o centro do manejo e controle dos recursos naturais.”

(1) Liberia – The Promise Betrayed, janeiro de 2010

http://www.wrm.org.uy/countries/Liberia/Promise_Betrayed.pdf

(2) http://www.wrm.org.uy/countries/Liberia/Position_statement.html

(3) http://www.wrm.org.uy/countries/Liberia/Africa_Community_Rights.htm

CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS POVOS: MUDANÇA CLIMÁTICA E DIREITOS DA MÃE TERRA

- Pelo caminho de Cochabamba

Já transcorreram alguns dias da Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, convocada pelo presidente boliviano Evo Morales. No entanto, nestas épocas de informação pronta e descartável, devemos fazer esforços para que a significância crucial desse encontro não seja botada no lixo informativo.

Naquele momento, a notícia transcendeu basicamente em função das declarações do presidente indígena a respeito do conteúdo de hormônios femininos dos frangos, declarações mal interpretadas ou talvez inconvenientes na maneira de expressá-las.

Mas, além disso, poucos meios de comunicação estiveram à altura de uma análise séria de um evento que reuniu mais de 30.000 pessoas. Representantes de comunidades camponesas e indígenas, grupos urbanos, ecologistas, funcionários do governo, intelectuais, militantes se reuniram em Cochabamba -há 10 anos arena principal da guerra pela água - e construíram uma plataforma comum de análise da mudança climática.

A mudança climática, essa ameaça que assola a humanidade toda e que em geral transcorre enquanto estamos distraídos. A mudança climática, sobre a que durante quase 20 anos os governos -em um processo das Nações Unidas, a Convenção sobre Mudança Climática- têm estado falando, afastando-se cada vez mais das soluções reais, e trabalhando sobre as conseqüências do desastre, vendo como nos arranjamos, como nos adaptamos. E aprofundando o problema.

É que nesta época na que os interesses empresariais avançam, apropriando-se de todos os cantos do planeta para o lucro (terra, água, petróleo, minerais, plantas, genes, etc.), o clima também passou a ser negócio. Inventaram-se falsas soluções, soluções "de mercado". "Compensações": aquele que emitir muitos gases de efeito estufa, causadores da mudança climática, pagará para que outro no sul não emita e assim "compensará" e não reduzirá suas emissões.

Muito dinheiro para algumas empresas. Até um mercado financeiro do carbono! E assim continuou dilatando-se a responsabilidade de deter as emissões. Até que em dezembro, último prazo para que os países estabelecessem seus compromissos

de redução de emissões, o processo ficou patente, mostrando que os poderosos não estão dispostos a nada. Uns poucos países, responsáveis históricos da crise, quiseram impor uma paródia de acordo chamada de "Entendimento de Copenhague". Nenhuma obrigação e nenhuma responsabilidade dos que têm poluído. Nenhuma mudança. E as piores perspectivas: um aumento de até 4°C, que significa a catástrofe.

Cochabamba foi a alternativa. A Bolívia, que foi um dos poucos países que disseram NÃO a essa paródia de acordo, convocou a Conferência dos Povos. E os povos acudiram, para dizer as coisas por seu nome, para nomeá-las com outros nomes, diferentes aos dos documentos oficiais. E foi assim que se falou da Mãe Terra e seus direitos, do "Viver Bem", da Soberania Alimentar como o direito dos povos de controlar suas próprias sementes, terras, água e a produção de alimentos em harmonia com a Mãe Terra para o acesso a alimentos suficientes, variados e nutritivos, da dívida climática que geraram os países considerados desenvolvidos, de justiça restaurativa -isto é, não apenas a compensação econômica mas a restituição da integridade a pessoas e comunidades de vida na Terra-, de um tribunal que julgue os crimes perpetrados contra o clima.

E os povos falaram da raiz do problema: as CAUSAS da mudança climática.

O Acordo dos Povos (<http://cmpcc.org/2010/04/24/acuerdo-de-los-pueblos/#more-1757>), resultado de um muito rico trabalho participativo, intenso, plural e diverso de 17 grupos temáticos diz que a causa da mudança climática é a crise do sistema capitalista: "Confrontamos a crise terminal do modelo civilizador patriarcal baseado na submissão e destruição de seres humanos e natureza, que se acelerou com a revolução industrial. O sistema capitalista nos tem imposto uma lógica de concorrência, progresso e crescimento ilimitado. Esse regime de produção e consumo procura o lucro sem limites, separando o ser humano da natureza, estabelecendo uma lógica de dominação sobre ela, transformando tudo em mercadorias: a água, a terra, o genoma humano, as culturas ancestrais, a biodiversidade, a justiça, a ética, os direitos dos povos, a morte e a própria vida".

Perante isso, o que dizemos é: "a recuperação, revalorização e fortalecimento dos conhecimentos, sabedorias e práticas ancestrais dos Povos Indígenas, firmados na vivência e proposta de 'Viver Bem' reconhecendo à Mãe Terra como um ser vivo, com o qual temos uma relação indivisível, interdependente, complementar e espiritual.

O modelo que propugnamos não é de desenvolvimento destruidor nem ilimitado. Os países precisam produzir bens e serviços para satisfazer as necessidades fundamentais de sua população, mas de nenhum jeito podem continuar por este caminho de desenvolvimento no que os países mais ricos têm uma marca ecológica 5 vezes maior do que o planeta é capaz de suportar. Atualmente, já se ultrapassou em mais de 30% a capacidade do planeta para regenerar-se. A esse ritmo de sobreexploração de nossa Mãe terra, precisar-se-iam 2 planetas para o ano de 2030.

Em um sistema interdependente no que os seres humanos somos um de seus componentes, não é possível reconhecer direitos somente à parte humana sem

provocar um desequilíbrio no sistema todo. Para garantir os direitos humanos e restabelecer a harmonia com a natureza é preciso reconhecer e aplicar efetivamente os direitos da Mãe Terra.”

Os poluidores devem assumir sua responsabilidade. O Acordo dos Povos exige aos países desenvolvidos que reduzam em pelo menos 50% suas emissões e que o façam realmente, não através de sistemas enganosos “que mascaram o descumprimento das reduções reais de emissões de gases de efeito estufa”, como os mercados de carbono ou o novel mecanismo chamado de REDD (Redução de Emissões Decorrentes de Desmatamento e Degradação de Florestas), que tenta incorporar às florestas no mercado do carbono.

Em matéria de florestas, o Acordo dos Povos é contundente quando estabelece que “A definição de floresta utilizada nas negociações da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que inclui as plantações, é inaceitável. **As monoculturas não são florestas.** Portanto, exigimos uma definição para fins de negociação que reconheça as florestas nativas e o mato e a diversidade dos ecossistemas da terra”.

A agricultura do lucro, uma agricultura industrial de e para os agronegócios, tem ferido de morte a Mãe Terra e seus filhos, porque não cumpre com o direito à alimentação e é uma das causas principais da mudança climática. O Acordo a denuncia e condena suas ferramentas tecnológicas, comerciais e políticas: os Tratados de Livre Comércio, os Direitos de Propriedade Intelectual sobre a vida, tecnologias de risco como os transgênicos, os agrocombustíveis, a geoengenharia, a nanotecnologia e similares que servem como instrumentos de privatização e “não fazem outra coisa que aprofundar a crise climática e aumentar a fome no planeta”.

Em Cochabamba estiveram presentes também as contradições internas de um processo de mudança, difícil de levar adiante num quadro de capitalismo selvagem. Diferentes organizações convocadas pela federação indígena "Consejo Nacional de Ayllus" e "Markas del Qullasuyu" (CONAMAQ), conformaram de maneira independente e fora do processo da Conferência o que chamaram a "Mesa Nº 18", para denunciar os sérios conflitos ambientais ocasionados por projetos extrativos e megaprojetos de infra-estrutura no quadro da Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), que atravessam territórios indígenas e áreas protegidas frágeis. Em decorrência de seus debates, a mesa propôs ao Governo de Evo Morales a suspensão de qualquer atividade ou projetos extrativos que afetem os povos indígenas do país.

Apesar das contradições, Bolívia, desde seu orgulho indígena reavido, deu um primeiro passo transcendental para que os povos assumam protagonismo perante a crise climática. Esse passo deixou um rasto. É a nossa vez de segui-lo e aprofundá-lo até transformá-lo em caminho.

Por Raquel Núñez, WRM, e-mail: raquelnu@wrm.org.uy

- Uma agenda unificada dos povos diante da mudança climática

Com a Conferência dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, o governo plurinacional da Bolívia habilitou a geração de um fato político transcendente: os movimentos sociais, com uma representatividade realmente importante, elaboraram uma agenda própria e unificada com uma posição radical diante da mudança climática- radical porque foi focalizada na raiz do problema. Tal unificação também foi fruto, certamente, do amadurecimento de um longo processo de integração de diversos movimentos sociais, na busca de estratégias de solução genuína não apenas para a mudança climática como também para as diversas crises emergentes- energética, alimentar, financeira, perda de biodiversidade, etc. – que não fazem outra coisa a não ser evidenciar uma grande crise estrutural.

O Acordo dos Povos, a declaração final que resume as conclusões de 17 grupos de trabalho integrados por todos aqueles que se inscreveram e assistiram à Conferência, reafirma que não se trata de discutir a mudança climática “como um problema reduzido à elevação da temperatura”; é preciso questionar sua causa.

Nesse sentido, todas as conclusões dos grupos de trabalho partilham a idéia expressa no Acordo da seguinte forma: enfrentamos “a crise terminal do modelo civilizatório patriarcal baseado na submissão e destruição de seres humanos e natureza que se acelerou com a revolução industrial”. O sistema capitalista, com sua lógica de crescimento ilimitado, ultrapassou em mais de 30% a capacidade do planeta para se regenerar e, se continuar o ritmo atual de exploração excessiva, até 2030 seriam necessários os recursos de dois planetas, concluiu o Grupo de Trabalho 2 ‘Harmonia com a Natureza para o Bem Viver’.

Por sua vez, o Grupo de Trabalho 1 ‘Causas estruturais’ alertou que toda alternativa de vida “deve nos levar a uma profunda transformação civilizatória já que sem ela não seria possível a continuidade da vida no planeta terra. A humanidade está diante de uma grande disjuntiva: continuar no caminho do capitalismo, do patriarcado, do progresso e da morte, ou empreender o caminho da harmonia com a natureza e o respeito à vida”

Harmonia, integração, inter-relação, complementaridade, equidade, justiça são conceitos que se repetem nas conclusões dos grupos. A necessidade de conservar- para alguns-, recuperar ou encontrar- para outros- um vínculo de pertença com a natureza, com a Mãe Terra, é uma constante. A Mãe Terra é um ser vivo, com direitos. É assim que o Grupo de Trabalho 3 ‘Direitos da Mãe Terra’ elaborou o Projeto de Declaração Universal de Direitos da Mãe Terra, cujo Artigo 1 define a Mãe Terra como ser vivo com direitos explicitados no Artigo 2, e estabelece no Artigo 3 as obrigações dos seres humanos em relação a ela.

Essa terra viva tem filhos diletos que conviveram ancestralmente com ela, ligados em sua sabedoria e espiritualidade, e que sofrem na própria pele a agressão. “As violações contra nossos solos, florestas, flora, fauna, biodiversidade, rios, lagos, ar e o cosmos são golpes contra nós mesmos... Não são respeitados nossos territórios, particularmente dos povos em isolamento voluntário ou em contato inicial, e sofreremos a mais terrível agressão desde a colonização só para facilitar o mercado e a indústria extrativa”. Assim falam os povos indígenas no Grupo de Trabalho 7 ‘Povos Indígenas’.

Mas além da denúncia, os Povos Indígenas têm muito para oferecer. Eles têm tecnologias e conhecimentos próprios, sabedoria ancestral que propõem integrar nos planos e metodologias educacionais. E têm seu conceito do “Bem Viver”, que o Grupo de Trabalho 9 ‘Visão compartilhada’ recolhe ao explicar: “A visão compartilhada é um mundo no qual todas as pessoas buscam “viver bem” em harmonia com a Mãe Terra e os outros seres humanos.” “A visão compartilhada do “viver bem” respeita os princípios de interdependência e responsabilidade e portanto pratica a reciprocidade, complementaridade, solidariedade, equidade e a vida em harmonia com a Mãe Terra e com os outros. É uma sociedade global de povos e movimentos sociais, que se levantam em solidariedade para mudar o sistema que está colocando o planeta em risco. Esta mudança surgirá de revalidar o conhecimento tradicional que respeita a natureza em todos os cantos do planeta.”

Mas essa mudança também virá do fato de os responsáveis honrarem suas responsabilidades. Para estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa de forma a limitar o incremento da temperatura média global a um nível máximo de 1°C, os países industrializados ricos, que colonizaram o espaço atmosférico, devem reduzir as emissões em seus países sem usar os mercados de carbono. O Grupo de Trabalho 10 ‘Protocolo de Kioto’ reafirma que “as reduções dos países desenvolvidos devem ser atingidas domesticamente sem o uso do mercado de carbono ou outros mecanismos de desvio que permitam driblar a adoção de medidas reais para a redução de emissões de gases de efeito estufa”. O grupo reclama uma profunda revisão do mecanismo de mercado criado pelo próprio Protocolo de Kioto, que permitiu que os países industrializados do Norte, principais responsáveis da lenta morte do Planeta Terra, eludissem suas verdadeiras obrigações de redução de gases de efeito estufa.

Esses países, que só representam 20% da população mundial, “se apropriaram do espaço atmosférico da Terra através da emissão da vasta maioria das emissões históricas de gases de efeito estufa”, gerando assim uma dívida climática histórica. Assim está expresso nas conclusões do Grupo de Trabalho 8 ‘Dívida Climática’, que além disso propõe que o enfoque dessa dívida “deve ser não apenas de compensação econômica mas também principalmente de justiça restaurativa- ou seja, restituindo a integridade às pessoas e aos membros que formam uma comunidade de vida na Terra”. O Grupo responsabiliza não só os países industrializados do Norte, como também as empresas transnacionais e especuladores financeiros, que também têm a responsabilidade “de compensar pelos desastres que provocaram”.

As medidas reclamadas aos países chamados “desenvolvidos” implicam, em especial, a modificação de “seus modelos de vida e desenvolvimento, anulando a dívida externa de forma imediata, detendo a produção de material bélico, trocando o uso de energia fóssil por energia renovável e modificando os sistemas financeiros, econômicos e sociais internacionais, que perpetuam os modelos atuais”.

Isso deixa de lado as falsas soluções dos mecanismos do mercado de carbono, condenados nas conclusões de vários grupos. O Grupo de Trabalho 15 ‘Perigos do Mercado de Carbono’ é bem claro ao alertar sobre o categórico fracasso do

mercado de carbono já que “as emissões de gases de efeito estufa (GEI) aumentaram em 11,2% nos países desenvolvidos no período 1990- 2007”. Por outro lado, o mundo foi testemunha de uma crise financeira que não fez outra coisa a não ser demonstrar “que o mercado é incapaz de regular o sistema financeiro, que é frágil e inseguro diante da especulação e o surgimento de agentes intermediários”. A conclusão é óbvia: “seria uma irresponsabilidade deixar em suas mãos [do mercado] o cuidado e a proteção da própria existência humana e de nossa Mãe Terra”.

Também são rejeitadas outras falsas soluções, como a energia nuclear, a engenharia dos transgênicos, a geo- engenharia, as mega empresas, os agrocombustíveis e toda mudança do uso do solo com destruição dos ecossistemas existentes para transformá-los em enormes extensões de plantações de árvores de espécies exóticas de rápido crescimento (eucalipto, pinheiro, acácia, etc.) para cumprir a função de “sumidouros de carbono”. “As plantações de árvores sob o mecanismo MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) no contexto do protocolo de Kioto são uma falsa solução que ameaça florestas e selvas nativas e viola os direitos dos Povos. As plantações florestais para créditos de carbono bem como para agrocombustíveis são uma falsa solução para a mudança climática, concluiu o Grupo de Trabalho 14 ‘Florestas’ que também se manifestou com contundência contra a tentativa de incluir as florestas no mercado de carbono: “Condenamos os mecanismos de mercado neoliberal, como o mecanismo de REDD (Redução de emissões pelo desflorestamento e degradação de florestas) e suas versões + [plus] e ++ [plus plus], que estão violando a soberania de nossos Povos e seu direito ao consentimento livre, prévio e informado, bem como a soberania dos Estados nacionais porque este mecanismo está violando os direitos, usos e costumes dos Povos e os Direitos da Natureza”.

“Requeremos, em seu lugar, a obrigação dos países poluidores a reconhecer sua dívida histórica ecológica e climática, e em decorrência, transferir de maneira direta os recursos econômicos e tecnológicos para pagar a restauração e manutenção das florestas e selvas, em favor dos Povos, nações e estruturas orgânicas ancestrais indígenas, originárias, camponesas e assim garantir o financiamento real dos planos de vida integrais e o viver bem. Isso deverá ser uma compensação direta e adicional às fontes de financiamento comprometidas pelos países desenvolvidos, fora do mercado de carbono e nunca servindo como as compensações de carbono” (offsets).

“O futuro da humanidade está em perigo”, conclui o Acordo dos Povos, “e não podemos aceitar que um grupo de governantes de países desenvolvidos queira definir por todos os países como tentaram fazer infrutuosamente na Conferência das Partes de Copenhague. Esta decisão cabe a todos os povos. Por isso é necessária a realização de um Referendo Mundial, plebiscito ou consulta popular sobre a mudança climática em que todos nós sejamos consultados sobre: o nível de reduções de emissões que devem fazer os países desenvolvidos e as empresas transnacionais; o financiamento que devem providenciar os países desenvolvidos; a criação de um Tribunal Internacional de Justiça Climática; a necessidade de uma Declaração Universal de Direitos da Mãe Terra e, a necessidade de modificar o atual sistema capitalista”.

Com esta agenda os movimentos sociais deverão continuar construindo uma solução genuína para a mudança climática e uma saída para o sistema que a originou.

Os documentos comentados estão disponíveis no site oficial da Conferência: <http://cmpcc.org>

Por Raquel Núñez, WRM, correio eletrônico: raquelnu@wrm.org.uy

- Mulheres e mudança climática em Cochabamba

A análise da Declaração dos Povos (1) emanada da Conferência dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, que foi celebrada de 20 a 22 de abril em Cochabamba, Bolívia, pode fazer que pensemos que a questão de gênero não esteve presente nessa conferência.

Mesmo que em termos gerais poderia ser dito que a perspectiva de gênero não foi incorporada de forma substancial nas conclusões dos grupos de trabalho, em alguns textos pode ser encontrada uma linguagem de gênero. No entanto, as mulheres são mencionadas nas conclusões do trabalho, basicamente, como um grupo vulnerável. (Por exemplo: no grupo 6 sobre migrações especifica-se que são as mulheres as que sofrem as situações mais graves em decorrência da migração; no grupo 7 sobre povos indígenas é reclamada a participação plena e efetiva de grupos vulneráveis incluindo as mulheres; o grupo 8 sobre dívida climática menciona duas vezes as mulheres dentro dos grupos vulneráveis; o grupo 12 sobre financiamento reclama que haja representação das mulheres no novo mecanismo de financiamento que deverá ser criado a fim de assumir os custos da mudança climática, e o grupo 14 sobre florestas solicita que seja reconhecido o papel das mulheres na preservação das culturas e na conservação das florestas nativas e selvas e propõe a criação de um grupo de especialistas com no mínimo 50% de participação das mulheres.) (1)

No entanto, não seria justo avaliar a influência dos grupos feministas e grupos de mulheres apenas a partir dos textos emanados da conferência e não considerar as importantes contribuições que foram apresentadas em paralelo aos grupos de trabalho que elaboraram o documento final. Vejamos alguns exemplos:

O grupo de trabalho feminista da Campanha Global de Ação contra a Pobreza (GCAP, sigla em inglês) apresentou em uma oficina de trabalho as conclusões dos tribunais sobre gênero e mudança climática realizados em sete países da África, Ásia e América Latina. A apresentação incluiu uma análise dos impactos diferenciados de gênero pela mudança climática, entre outros a falta de acesso à água potável e água para a agricultura, impacto na soberania alimentar e maior dependência econômica e no mercado, secas prolongadas e chuvas fora de época e perda da capacidade para produzir medicamentos naturais ao ficar reduzida a disponibilidade das plantas que o permitiam. Essa atividade foi positivamente avaliada pelos e pelas participantes ao introduzirem um assunto relevante e de escassa presença na conferência. Talvez a contribuição mais importante desse grupo tenha sido no tocante ao papel da educação na geração de mudanças nas

pautas de produção e consumo excessivo, que são as verdadeiras causas da mudança climática. (2)

No evento organizado pela Rede latino-americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE) foram realizadas importantes contribuições em relação “às causas estruturais da mudança climática e os desafios de uma economia para a vida”, perspectiva na qual convergem as propostas do Bem Viver, as visões e as práticas da economia comunitária ancestral, da economia feminista e da economia ecologista. Em uma brevíssima síntese, expressam que “se trata de ir rumo a uma economia que propicie a reprodução ampliada da vida e não a do capital”.

No mesmo sentido, na Assembléia dos Movimentos Sociais realizada durante a conferência, as lutas das mulheres não passaram despercebidas. Na carta que foi publicada afirma-se que “as resistências [à crise climática avaliada como parte da crise global] vêm sendo construídas desde a inter-relação de diversas perspectivas anticapitalistas, anti-patriarcais, anti-coloniais e anti-racistas”... e que no “processo de articulação em permanente construção” um dos “momentos chave” será o ato da Terceira Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres no Congo no mês de outubro. (3)

Por sua vez, as representantes latino-americanas da rede de Gênero e Mudança Climática, Mulheres pela Justiça Climática (Gender CC) realizaram uma análise sobre os impactos de gênero da mudança climática em comunidades da Bolívia e Colômbia. Mas talvez a contribuição mais importante tenha sido a análise do impacto que têm nas mulheres as falsas soluções para a mudança climática propostas até agora. Estas incluem, entre outras, o aumento das monoculturas florestais para agrocombustíveis e sumidouros de carbono e grandes barragens hidrelétricas promovidas como fontes de energia supostamente limpa. Trata-se de falsas soluções porque do ponto de vista climático não atacam as verdadeiras causas e ainda pior irão agravar as injustiças das comunidades mais pobres e já foi demonstrado que especialmente pioram a vida das mulheres. (4)

O grupo Feminismo Comunitário Latino-americano, uma voz que se expressa desde os movimentos e organizações sociais feministas, também fez uma contribuição substancial publicando um Manifesto que surgiu a partir do documento apresentado em uma das oficinas. Este documento foi discutido durante a oficina e posteriormente a discussão continuou em um espaço aberto. Recebeu contribuições de companheiras indígenas e de outras companheiras de diversos países. No Manifesto é analisado em detalhe o conceito de Pachamama, comunidade, reciprocidade, autonomia e mudança climática. Por se tratar de um documento extenso só faremos referência a alguns pontos relacionados à mudança climática que achamos que são substanciais. (5)

Quanto à mudança climática, o manifesto explicita que “é consequência da atividade humana, dos excessos humanos concebidos no contexto de um modelo de desenvolvimento depredador que se sustenta com o consumo de combustíveis fósseis e com o desflorestamento e a vulneração da natureza para ampliar as cidades de cimento. Um sistema capitalista e patriarcal onde tudo é mercadoria, tudo pode ser propriedade privada e ter um preço, e toda consequência da atividade humana pode ser reparada ou modificada com a ciência e a tecnologia. É

decorrente de um sistema que se sente criador no ponto cume de seu poder e que na realidade tem socavado as condições mínimas para perpetuar a vida em um cosmos harmônico; para nós, a Pachamama”.

O patriarcado para nós, explica uma das integrantes indígenas do movimento, é o sistema de opressões do qual seus filhinhos, como o colonialismo e o neoliberalismo, são diferentes formas de depredação da vida, sendo o último o que mais cinicamente depreda a Pachamama. Por isso, acrescenta, não são os povos indígenas os que vão salvar o planeta, porque os homens e mulheres dos povos indígenas também são patriarcais e o patriarcado está destruindo a vida. Por isso a necessidade do manifesto do Feminismo Comunitário, porque a luta é pelos sonhos.

No tocante aos efeitos da mudança climática ratifica e concorda com a análise que realizam outros grupos que “são diferentes para as mulheres e têm maior intensidade, a partir de seu papel socialmente atribuído, no qual a produção, alimentação e cuidado da família são centrais; a criação das wawas [crianças] e o trabalho fora da casa que não implica que deixe de fazer o trabalho chamado doméstico. Isso a enfrenta com maior intensidade diante das mudanças do clima”.

O manifesto rejeita o fato de que a mesma lógica patriarcal que atribui de forma desigual os papéis e as tarefas para sustentar a sociedade seja usada para enfrentar a mudança climática. Os responsáveis, auto-denominados países desenvolvidos que têm depredado, contaminado e violentado a Pachamama, suas indústrias, elites e corporações pretendem compensar e dar um preço à destruição. Em relação a isso o manifesto conclui enfaticamente que: “Sob este olhar feminista comunitário reiteramos que não queremos dinheiro em troca do dano causado à Pachamama nem às mulheres. Aceitar dinheiro será como uma bomba de tempo, significará que continuem explorando e pagando pela exploração. Queremos a restituição de direitos. Já não pode ser reparado o dano causado, mas podem ser restituídos os direitos da Pachamama e para isso dismantelar o patriarcado com seus estados, seus exércitos, suas transnacionais, sua lógica hierárquica e toda a violência que isso significa para as mulheres e a Pachamama. Também não aceitaremos que nós as mulheres sejamos responsabilizadas pela depredação, o que temos diante é uma tarefa comunitária. Ou seja, de todos e todas”.

As mulheres falaram claro em Cochabamba. Resta a enorme tarefa de difusão dessas contribuições e de sua inclusão real na agenda dos movimentos sociais que lutam pela mudança.

Por Ana Filippini, Ponto Focal para a América Latina da Rede Internacional de Mulheres pela Justiça Climática, Gender CC, e-mail: mujeresporjusticiaclimatica@gmail.com

(1) Os textos na íntegra podem ser acessados no site da conferência:

<http://cmpcc.org/>

(2) Vide detalhes sobre a conferência e a apresentação no texto distribuído por Ana Agostino disponível em: <http://www.icae2.org/files/349c.pdf>

(3) Texto na íntegra da Carta disponível em espanhol em:

http://www.wrm.org.uy/actores/CCC/CMPCC/Movimientos_Sociales.html

(4) Textos completos e PowerPoints em espanhol disponíveis no site de Gender cc: <http://www.gendercc.net/>

(5) O documento na íntegra em espanhol está disponível em: <http://www.kaosenlared.net/noticia/pronunciamento-feminismo-comunitario-latinoamericano-conferencia-pueb>

- Eduardo Galeano, presente em Cochabamba

Carta enviada pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano à Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas, que aconteceu em Cochabamba, Bolívia, para ser lida na abertura do evento. “Os direitos humanos e os direitos da natureza são equivalentes”. Mensagem à Conferência da Mãe Terra - Eduardo Galeano

Lamentavelmente, não poderei estar aí, por impedimentos de última hora. Entretanto, quero acompanhar de alguma maneira essa reunião de vocês, esta reunião dos meus. Como não tenho outra opção, vou fazer o pouquinho que posso e não o muito que quero. E por estar, mesmo sem estar presente, ao menos lhes envio essas palavras.

Oxalá possamos fazer todo o possível – e o impossível também – para que a Conferência da Mãe Terra seja a primeira etapa para a expressão coletiva dos povos que não controlam a política mundial e, sim, padecem dela.

Tomara que sejamos capazes de levar em frente essas duas iniciativas do companheiro Evo, o Tribunal de Justiça Climática e o Referendo Mundial, que vão contra um sistema de poder criado em meio a guerras e destruição, que deprecia a vida humana e levanta a bandeira da venda dos nossos bens terrenos.

Tomara que sejamos capazes de falar pouco e agir mais. Danos graves foram e continuam sendo feitos. A inflação de palavras na América Latina é mais nociva que a inflação monetária. Também, e principalmente, estamos fartos da hipocrisia dos países ricos, que nos estão deixando sem planeta enquanto pronunciam pomposos discursos para disfarçar o sequestro.

Há quem diga que a hipocrisia é o imposto que o vício paga à virtude. Outros dizem que a hipocrisia é a única prova da existência do infinito. O palavrório da chamada “comunidade internacional”, esse clube de banqueiros e guerreiros, prova que as duas definições são corretas.

Eu quero comemorar, ao contrário, a força da verdade que irradia as palavras e o silêncio que nasce da comunhão humana com a natureza. E não é coincidência que esta Conferência da Mãe Terra esteja sendo realizada na Bolívia, esta nação de nações que está se redescobrando ao longo de séculos de mentiras.

A Bolívia acaba de celebrar dez anos da vitória popular na guerra da água, quando o povo de Cochabamba foi capaz de derrotar uma poderosa empresa da Califórnia, que se tornou dona da água graças a um governo que se disse boliviano, mas que foi muito generoso com o alheio. Essa guerra foi só uma das batalhas, pois esta terra segue lutando em defesa dos recursos naturais, ou seja: em defesa da sua

identidade com a natureza.

Existem vozes do passado que falam do futuro.

A Bolívia é uma das nações americanas onde as culturas indígenas souberam sobreviver, e essas vozes agora ecoam com mais força do que nunca, apesar do longo tempo de perseguição e desprezo.

O mundo inteiro, atordoado como está, perambulando como cego em tiroteio, teria que escutar essas vozes. Elas nos ensinam que nós, os 'humanitos', somos parte da natureza, parente de todos os que têm pernas, patas, asas ou raízes. A conquista européia condenou por idolatria os indígenas que viviam essa comunhão e, por acreditar nela, foram torturados, degolados ou queimados vivos.

Desde o tempo do Renascimento europeu, a natureza se converteu em mercadoria ou em obstáculo para o progresso humano. E até hoje esse divórcio entre nós e a natureza persiste, a tal ponto que ainda existem pessoas de boa vontade que se comovem pela 'pobre natureza, tão maltratada, tão ferida', observando tudo de fora.

As culturas indígenas a observam de dentro. Ao observá-la me vejo. O que eu fizer contra ela, estarei fazendo comigo mesmo. Nela estou, minhas pernas também são os caminhos que percorrem.

Celebremos esta Conferência de Pachamama. E tomara que os surdos escutem: os direitos humanos e os direitos da natureza são equivalentes.

Voam abraços, desde Montevideo.

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Brasil: o papel duplo da Noruega na conservação e na destruição da Amazônia

A Noruega é o principal doador do Fundo Amazônia, o fundo do Banco Brasileiro de Desenvolvimento que recebe doações de governos, instituições multilaterais, grandes ONGs e empresas que financiam os projetos de conservação das florestas com o suposto objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento. A contribuição de doadores está reconhecida com diplomas que são nominais, não transferíveis e que não implicam direitos à igualdade ou créditos de carbono para compensar.

Em evidente contradição com o anterior, o governo norueguês está investindo na mineração de bauxita e na produção de alumínio na mesma floresta amazônica que declara proteger. A empresa estatal norueguesa Norsk Hydro ASA- a terceira maior produtora de alumínio na Europa- assinou recentemente um acordo para tomar conta dos negócios do alumínio da Vale do Rio Doce no Brasil.

O acordo implica- entre outras coisas- que a Norsk Hydro terá o controle da Paragominas do Brasil, uma das maiores minas de bauxita no mundo, e obterá 91 por cento da participação da Alunorte, a maior refinaria de alumina do mundo. Ao mesmo tempo, terá 51 por cento na usina de alumínio da Albras e 81 por cento de

participação no projeto de refinaria de alumina CAP. (1)

O governo norueguês não pode ignorar que a mineração de bauxita, seu refinamento em alumina e fundição para produzir metal de alumínio são processos altamente destrutivos que incluem desmatamento, poluição, deslocamento de comunidades locais e sérios impactos nos meios de vida e na saúde. Ao mesmo tempo, alguns desses processos- especialmente o desmatamento- contribuem significativamente ao aquecimento global. Além disso, é bem sabido que a fundição de alumínio é um processo com uso intensivo de energia, sendo a eletricidade a responsável de entre 20 e 40% do custo de produção do alumínio.

Isso implica a necessidade de grandes quantias de energia barata. A Norsk Hydro e o governo norueguês sabem perfeitamente bem que no Brasil essa energia só pode ser providenciada por barragens hidrelétricas de grande envergadura.

Essas enormes barragens têm sido e estão sendo construídas na região amazônica e não surpreende que o governo brasileiro tenha aprovado recentemente a polêmica barragem Belo Monte, que visa à alimentação dos processos industriais tais como o alumínio com a energia de baixo custo que requerem.

Com um custo estimado de mais de US\$ 16 bilhões, o projeto da barragem Belo Monte no rio Xingu irá inundar 516 quilômetros quadrados de terras florestais mesmo que os cálculos apontem que ao todo serão afetadas 1.522 km², causando o deslocamento de aproximadamente 20.000 a 40.000 pessoas.

Belo Monte irá ser a terceira maior barragem do mundo e a maior parte de seu financiamento virá principalmente do governo brasileiro (o equivalente a 80%) através de verbas públicas (fundos de pensão pública e dinheiro do Tesouro Nacional). (2)

). É importante salientar que 25% de toda a eletricidade no Brasil é consumida por nove empresas de energia e mineração- Alcoa, ArcelorMittal, Camargo, Corrêa Energia, CSN, Gerdau, Samarco, Vale do Rio Doce e Votorantim- e que algumas delas querem a barragem de Belo Monte para expandirem suas operações de extração.

O folheto informativo da International River sobre o Projeto afirma: “Belo Monte está sendo proposta como um projeto de energia renovável e uma parte importante do compromisso do país em reduzir as emissões em 38% até 2020. No entanto, os reservatórios nas florestas tropicais como a Amazônia podem ser per se significativas fontes de emissões de gases de efeito estufa devido à decomposição da vegetação. Conforme Philip Fearnside, o especialista mais renomado em emissões dos reservatórios no Brasil, é improvável que Belo Monte seja um projeto autosuficiente devido a sua baixa capacidade de geração na estação seca. Fearnside portanto assume que a barragem Barbaquara- uma barragem de armazenamento muito maior- será construída rio acima. Conforme Fearnside, durante os primeiros dez anos de operação as barragens de Barbaquara e Belo Monte combinadas irão produzir emissões quatro vezes maiores do que uma fábrica equivalente de combustível fóssil.”

Tais inundações em longa escala irão provocar o deslocamento de milhares de

moradores locais cujas terras e meios de vida se perderão para sempre. Os impactos rio abaixo e rio acima da barragem também terão fortes impactos na população local que deverá migrar à procura de trabalho, concorrendo por algumas vagas com baixos salários nos arredores das cidades e vilas.

Durante muitos anos, os povos indígenas do Xingu têm liderado uma forte campanha em defesa de seu rio e suas terras: “Já sofremos muitas invasões aqui, e muitos morreram, muitos perderam seus vastos territórios, nós perdemos muitos dos direitos que tínhamos, muitos perderam partes de sua cultura, e outras tribos desapareceram por completo. A floresta é nosso açougue, o rio é nosso mercadinho. Nós não queremos que os rios dos Xingu sejam invadidos e nossas aldeias e crianças sejam ameaçadas, nossas crianças devem crescer com nossa cultura”, afirmaram o cacique Bet Kamati Kayapó e o cacique Raoni Kayapó Yakareti Juruna, em representação de 62 lideranças indígenas da bacia do Xingu, em uma declaração depois da licitação da barragem Belo Monte.

“Nós não aceitamos a hidrelétrica Belo Monte porque entendemos que irá trazer mais destruição a nossa região. Nós não estamos apenas pensando no local onde querem construir a barragem, mas também em toda a destruição que a barragem irá causar no futuro: mais empresas, mais ranchos, mais invasões de terras, mais conflitos, e inclusive mais barragens. Se o homem branco continua agindo desta forma, tudo será destruído aceleradamente.”

“O mundo deve saber o que está acontecendo aqui, e eles devem perceber que ao destruírem as florestas e os povos indígenas, estão destruindo o mundo todo. É por isso que nós não queremos Belo Monte.”

Se o governo norueguês é sincero quanto a seu objetivo de querer preservar a Amazônia e evitar as emissões do desmatamento não pode envolver-se na indústria em longa escala da produção de alumínio que é desenvolvida à custa da Amazônia e dos povos que dela dependem. Caso contrário, deve dizer claramente que prioriza os lucros e os negócios na Amazônia. Tal como está acontecendo atualmente.

Artigo baseado em: Vídeos por Rebecca Sommer a partir do evento conjunto, que teve lugar em Abril de 2010, durante a Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática, Vídeo parte 1: http://www.youtube.com/watch?v=s4LI_eS5Jfw; Vídeo parte 2: <http://www.youtube.com/watch?v=fdn5kmsS4cs>; Vídeo parte 3: <http://www.youtube.com/user/SommerFilms#p/u/6/nFRDiMUzjxU>; “Belo Monte. Massive Dam Project Strikes at the Heart of the Amazon”, International Rivers Network, http://www.internationalrivers.org/files/J4337_IRN_Factsheet_3.pdf; “Indigenous Declaration After the Belo Monte Dam Auction”, <http://www.internationalrivers.org/en/xingu/indigenous-declaration-after-belo-monte-dam-auction>

Fontes de Dados:

- (1) Investor Village, “Norsk Hydro Buys Vale Aluminum Units for \$4.9 Billion”, <http://www.investorvillage.com/mbthread.asp?mb=4198&tid=8944803&showall=1>;
- (2) “Belo Monte's Public Finance: Red Hot & Risky”, International Rivers, <http://www.internationalrivers.org/en/blog/zachary-hurwitz/2010-5-19/belo-montes-public-finance-red-hot-risky>;

- Guatemala: florestas, água e futuro não vendem pelo petróleo cru!

A Guatemala enfrenta a possibilidade de prorrogação do contrato 2-85 que ameaça com a expansão e ampliação da fronteira petroleira em uma de suas áreas naturais mais importantes, o parque nacional Laguna del Tigre. Este é o maior parque nacional do país e é área núcleo da Reserva da Biosfera Maia declarada em 1990 sob essa categoria de proteção devido a sua importância ecológica em nível mundial.

Laguna del Tigre é uma zona úmida, formada por mais de 300 lagoas e lagoas tropicais, rios de correntes lentas, áreas de alagamento, grandes savanas e florestas. É uma região estratégica para a conservação da biodiversidade e por suas grandes dimensões ainda abriga diversas espécies que já desapareceram em outros lugares como o jaguar, o tapir e o macaco- uivador. Possui as concentrações mais altas de crocodilo Moreletii na Guatemala e é um dos últimos locais de nidificação para a arara vermelha, espécie em sério perigo de extinção.

As pesquisas atuais informam mais de 40 espécies de mamíferos, 188 espécies de aves entre residentes e migratórias, 17 anfíbios e 55 espécies de peixes, mas tudo aponta que se forem realizadas mais pesquisas as listagens podem aumentar. Além dessa riqueza natural salientam dois sistemas naturais pouco comuns e de grande importância, um recife de bivalves nas águas do rio San Pedro no limite sul do parque nacional e um remanescente de manguezal vermelho a mais de cem quilômetros do mar.

No parque nacional encontra-se o biótopo Laguna del Tigre, que foi incluído na lista de zonas úmidas de importância internacional da convenção Ramsar em 1990. Depois de três anos, devido à ameaça da exploração petroleira e à mudança no uso dos solos, o governo solicitou que fosse incluído no registro de Montreux que reúne os sítios Ramsar que urgem de atenção especial para serem conservados.

O processo de destruição das riquezas naturais de Laguna del Tigre começa com a chegada da exploração petroleira no coração do parque. Em 1985 o governo assina um contrato de exploração petroleira com duração de 25 anos e que finaliza em agosto deste ano. Para as atividades de extração e exploração do cru, a companhia Basic Resources nesse momento habilitou uma via de acesso que vai do limite do rio San Pedro até o campo petroleiro Xan.

A companhia petroleira descumpriu um convênio assinado com o Conselho Nacional de Áreas Protegidas- CONAP-, através do qual se comprometia a controlar o acesso ao parque propiciando assim a instalação de assentamentos humanos (hoje são mais de 40), a destruição das florestas, a pecuária, os incêndios florestais, o tráfico de madeira e de flora e fauna e, em geral, a mudança no uso dos solos.

O explorador inicial do contrato 2-85 foi a companhia Texaco. Posteriormente foi operado durante muito tempo pela Basic Resource- empresa que só existe na Guatemala e tem sua sede nas Baamas. Depois passou às mãos das companhias

UPR e Anadarko Petroleum que a venderam à francesa Perenco que atualmente explora a área. Esta empresa, que também opera em outros países latino-americanos, caracteriza-se por suas incursões em áreas e contextos de conflituosidade. Um caso de exemplo é a intenção de construir um oleoduto de aproximadamente 207 quilômetros atravessando territórios de povos indígenas isolados na Amazônia peruana.

A pesar de a possível prorrogação do contrato 2-85 ser evidentemente ilegal, funcionários do governo defendem publicamente esta violação, transgredindo a lei de hidrocarbonetos que no artigo 12 sobre o prazo dos contratos diz literalmente que em caso nenhum poderá ultrapassar os vinte e cinco anos.

Um dos falsos argumentos apresentados por aqueles que defendem a ampliação do contrato- entre eles o ministro da Energia e Minas, é que a área está totalmente destruída e que é pouco o que há para salvar, mas Laguna del Tigre mesmo com a destruição continua viva e ainda mantém ecossistemas em bom estado, reservatórios de água de interesse regional. A ampliação do contrato condenaria Laguna del Tigre à destruição inevitável de sua natureza e à degradação, decorrentes dos característicos impactos inerentes das atividades petrolíferas.

Aqueles que quiserem se unir à campanha em defesa de Laguna del Tigre podem acessar o site da Escola de Pensamento Ecologista SAVIA:
<http://www.saviaguatemala.org/> para enviar cartas ao presidente solicitando que a lei seja respeitada e que não haja prorrogação do 2-85. Também podem ver o vídeo que explica o caso em <http://www.youtube.com/watch?v=OG5nVdm4HbQ>

Por Carlos Salvatierra, SAVIA Escola de pensamento ecologista, correio eletrônico: Salvatierraleal@gmail.com

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Quênia: o Serviço Florestal ao resgate dos eucaliptos

Surgiram preocupações no Quênia sobre o grande consumo de água de árvores de eucaliptos, que em 2009 levaram ao Ministro do Meio Ambiente do país, John Michuki, a ordenar o desarraigamento de árvores de eucaliptos de zonas úmidas e à proibição de sua plantação ao longo de rios e vertentes. O WRM acolheu com satisfação essa ação e forneceu um panorama geral neste assunto no boletim 147 do WRM (outubro de 2009).

Dentro desse contexto, fomos surpreendidos por um documento recente produzido pelo Serviço Florestal do Quênia, basicamente destinado a uma maior promoção das plantações de eucaliptos no país ("A Guide to On-Farm Eucalyptus Growing in Kenya" -Guia para o cultivo de eucaliptos na própria fazenda no Quênia-, dezembro de 2009, disponível em inglês em: http://www.wrm.org.uy/countries/Kenya/Eucalyptus_guidelines.pdf).

Como expressa o Prof. Eric Koech, Presidente da Diretoria do Serviço Florestal do Quênia (prólogo do documento), esse Guia "tem sido desenvolvido em decorrência da maior preocupação sobre o efeito da espécie no ciclo hidrológico." Ele diz que

"há alegações de que a espécie consome muita água, resultando na diminuição e em alguns casos na seca dos rios, vertentes e lagos."

Ele parece subscrever essas "reclamações" dizendo que "em geral, a plantação de eucaliptos não é recomendada em áreas com escassez de água, áreas ciliares, zonas úmidas e áreas pantanosas." Apesar de que não o diz explicitamente, a razão óbvia é que sabe perfeitamente bem que as árvores de eucaliptos consomem grandes quantidades de água.

No entanto, ele continua acrescentando que "fizeram com que o público acreditasse que a árvore é responsável pelas condições de seca nacionais que se sentem, e tem sido desencorajado para continuar plantando a espécie e autorizado para desarraigar eucaliptos em qualquer parte que estejam." Até onde sabemos, ninguém tem acusado os eucaliptos de causar uma seca. O que o público sabe através da experiência é que em um país propenso à seca como o Quênia, a plantação de árvores de eucaliptos apenas exacerbará o problema, esgotando a pouca água disponível para outros usos.

Suas palavras finais são esclarecedoras a respeito de quem procura apoiar o Guia, quando diz: "Espero que este documento vá assistir os cultivadores de árvores de eucaliptos em nível nacional." Sinceramente esperamos que não.

A maior parte do Guia é de fato um guia florestal de plantação convencional, que explica como obter sementes, como produzir mudas, como preparar o solo para a plantação, como plantar e como manejar a plantação até o corte. A maioria do resto relaciona-se com o comércio dos produtos das plantações de eucaliptos.

A respeito do assunto da água -que é o que começou o debate no Quênia- o que o Guia faz de fato é enganar o público. Considerando a importância do assunto, consideramos necessário incluir e comentar todas as citações pertinentes do documento.

Na seção 1.3.1 ("Eucaliptos e uso da água"), o Guia explica que "muita preocupação tem sido expressada sobre o efeito da plantação do *Eucalyptus spp* sobre os padrões hidrológicos, com várias alegações de que sua presença na paisagem está causando a seca de fontes de água, rios e vertentes. Essas alegações não têm sido definitivamente sustentadas por evidência científica."

Apesar do que antecede, o próprio Guia concorda implicitamente em que essas alegações são verdadeiras, recomendando "Áreas onde os Eucaliptos não deveriam ser plantados" (4.3.2), incluindo:

i. Zonas úmidas e áreas pantanosas

ii. Áreas ciliares

a) Ao longo dos rios (reservar pelo menos 30 metros, conforme estabelecido na Lei de Topografia, Cap. 299 das Leis do Quênia. Além disso, deixar 20 metros adicionais para garantir que as árvores não interfiram adversamente com a fonte de água.)

b) Áreas ao redor de lagos, tanques, pântanos, estuários e qualquer outro corpo de água.

- iii. Áreas agricultáveis irrigadas.
- iv. Áreas com menos de 400 mm de chuvas.
- v. Em fazendas próximas a fontes de água, a plantação deveria ser minimizada, intercalando árvores de espécies indígenas ou ser feita em mosaico entre árvores indígenas, ocupando elas uma maior percentagem ou plantação em faixas de eucaliptos com vegetação natural."

A pergunta óbvia é: por que não deveriam ser plantados os eucaliptos nessas áreas, se não há evidência científica para apoiar a alegação de que a presença de eucaliptos "está causando a seca de fontes de água, rios e vertentes?" A resposta é também óbvia: porque há evidência suficiente demais a respeito dos impactos dos eucaliptos sobre a água.

Em apoio ao que antecede, é interessante perceber que no artigo 4.3.3 ("Áreas apropriadas para a plantação de eucaliptos"), o Guia recomenda a plantação em "Terras alagadiças com o fim de drenar a área", salientando assim a função das árvores de eucaliptos na absorção de grandes quantidades de água.

Grande parte das alegações fornecidas pelo Guia sobre o uso da água pelos eucaliptos estão claramente destinadas a enganar o público, como se ilustra na seguinte citação:

"No entanto, estudos têm estabelecido que os eucaliptos exibem grande eficiência no uso de água para acumulação de biomassa", acrescentando que "estabeleceu-se que os eucaliptos requerem menos água para produzir um (1) kg de biomassa que a maioria dos cultivos". Os exemplos fornecidos pelo Guia são os seguintes:

- “- Espécies de eucaliptos requerem uma média de 785 litros
- Algodão / café / bananas, cada um deles requerem 3.200 litros
- Girassol requer 2.400 litros
- Milho, batata e sorgo, cada um deles requer 1.000 litros”

O que antecede objetiva às claras fazer com que o público acredite que todos esses cultivos consomem mais água que os eucaliptos, o que de fato é absolutamente falso. A única coisa que esses números evidenciam (supondo que são verdadeiros) é que algumas plantas precisam mais ou menos água para produzir 1 quilograma de biomassa, o que é totalmente irrelevante para a discussão sobre os impactos do eucaliptos sobre a água. O que se precisava realmente eram números sobre quanta água é consumida por cada um desses cultivos por hectare/ano. E esses números não foram fornecidos pelos autores do Guia.

O debate real não se trata sobre que cultivo é mais "eficiente" na produção de biomassa a partir de um litro de água, mas sobre a quantidade total de água usada pelos eucaliptos e se esgota ou não os recursos hídricos. De acordo com a pesquisa do "International Centre for Research in Agroforestry (ICRAF)", baseado no Quênia, um único eucalipto de três anos, "bebe" 20 litros de água ao dia. Durante os seguintes anos, o consumo aumenta exponencialmente e aos 20 anos, a árvore "beberá" 200 litros ao dia. Usando o número menor (20 litros), isso significa que uma única árvore consumirá 7300 litros de água ao ano e que durante esse mesmo tempo uma plantação típica (1100 árvores/hectare) consumirá 8.030.000 litros de

água por hectare/ano. Isso explica por que o eucalipto é descrito no Quênia como o "glutão de água".

O Guia vai além no engano ao público, dizendo uma coisa completamente falsa: "As comparações das espécies de eucaliptos com outras plantas da floresta demonstram que os eucaliptos não consomem mais água que outras espécies de árvores de florestas nativas, conforme evidencia a Tabela 2."

O que a Tabela 2 mostra realmente é que os eucaliptos consomem muita mais água que as outras três espécies mencionadas. De acordo com a coluna "Água consumida (litros/ano)", a *Acacia auriculiformis* consome 1231.50 litros, a *Albizia lebbek* 1283.90 litros, a *Dalbergia sissoo* 1534.05 litros e o *Eucalyptus hybrid* 2526.35 litros. O que evidencia -contrariamente ao estabelecido supra- que os eucaliptos sim consomem mais água que outras espécies de árvores nativas.

Nesse contexto, o objetivo real da tabela 2 é tentar esconder o fato de que os eucaliptos consomem mais água que outras espécies de árvores, usando o conceito de "alta eficiência no uso de água para acumulação de biomassa". Portanto, a coluna final fornece números que evidenciam que os eucaliptos consomem menos água **por grama de biomassa produzida**. Inclusive si aceitássemos que os eucaliptos são "mais eficientes" que outras espécies de árvores na produção de madeira com o mesmo volume de água, isso não responde a pergunta real: quanta água usam os eucaliptos? E a resposta -ignorada por este Guia- é fornecida por uma pesquisa levada a cabo pelo ICRAF no próprio Quênia: entre 20 e 200 litros de água ao dia durante o ano todo.

A respeito dos impactos das plantações de eucaliptos sobre a biodiversidade, o Guia de 27 páginas (mais anexos), somente dedica um parágrafo a este assunto importante ("1.3.2 Eucaliptos e a conservação da biodiversidade"). O parágrafo diz:

"A maior contribuição positiva dos eucaliptos está talvez na substituição de espécies indígenas para lenha, evitando assim a maior degradação das florestas naturais. Apesar de que se alega que há limitada biodiversidade nas plantações de eucaliptos, seu cultivo salva a biodiversidade em outros lugares, evitando a destruição das florestas naturais. Além disso, algumas espécies de *Eucalyptus*, através da rápida produção de lenha, eliminariam as causas que frequentemente podem ter levado à degradação da terra e à desertificação." E isso é tudo!

A gente teria assumido que um "Guia para o cultivo de eucaliptos na própria fazenda" teria pelo menos incluído algumas diretrizes simples sobre conservação da biodiversidade -flora e fauna- nas áreas de plantação (corredores biológicos, medidas para proteger espécies ameaçadas, plantação de espécies nativas, etc.). No entanto, o Guia somente se subscreve ao questionado conceito de que as "plantações aliviam a pressão sobre as florestas nativas", dando luz verde para a destruição da biodiversidade pelas plantações de monoculturas de espécies exóticas em áreas não florestadas.

Finalmente, o Guia inclui dois parágrafos sobre outro assunto crucial: "Eucaliptos e fertilidade do solo" (1.3.3).

O Guia começa dizendo que "quando o eucalipto é cultivado como um cultivo de breve rotação para alta produção e remoção de biomassa, os nutrientes do solo são esgotados rapidamente, o que concorda com a alegação científica convencional." Bom começo realmente, mas obviamente não muito útil para promover as plantações de eucaliptos.

Portanto o Guia acrescenta as seguintes alegações confusas: "No entanto **foram achadas** [destaque nosso] áreas com eucaliptos com maiores níveis de micronutrientes [e o que acontece com os macronutrientes?] em comparação com áreas com cultivos **como por exemplo de chá** [destaque nosso] de idade similar. **Informou-se** [destaque nosso] que a plantação no longo prazo de eucaliptos melhora a fertilidade do solo, enquanto que estudos comparativos de solos com eucaliptos e pradarias adjacentes não têm achado diferenças significativas **se as árvores tivessem uma rotação de mais de 10 anos.**" [destaque nosso]

O segundo parágrafo não prova nada, mas dá a mensagem que os eucaliptos são úteis na conservação do solo: "Estudos **têm indicado** [destaque nosso] que em declives e terras abandonadas degradadas, a contribuição líquida ao solo dos eucaliptos através da queda de resíduos **é provável** [destaque nosso] que seja positiva. Os eucaliptos também **exibem bom potencial** [destaque nosso] para a retenção da terra vegetal em declives degradados."

Apesar de todas essas alegações confusas destinadas a apoiar às plantações de eucaliptos, o fato é que no Quênia "o eucalipto é cultivado como cultivo de rotação breve para alta produção e remoção de biomassa" e portanto -como o Guia diz- os nutrientes do solo se esgotarão rapidamente.

Em resumo, não há nada no Guia que prove que "se as prescrições contidas no Guia são observadas, os impactos ambientais negativos serão minimizados." A expansão das plantações de eucaliptos resultarão em maior esgotamento da água, destruição da biodiversidade e degradação do solo.

Há alternativas aos eucaliptos no Quênia, como por exemplo, várias espécies nativas que conservam a água e podem fornecer múltiplos benefícios -incluindo lenha- para as pessoas e a economia. O conhecimento sobre essas árvores existe e o ICRAF está lá para providenciá-lo. O que se precisa é a vontade política para promover -como sugere o ICRAF- a plantação de árvores em sistemas integrados de "árvore-cultivo", nos que a agricultura e o florestamento são praticados em uma única porção de terra.

Enquanto isso, seria muito útil ter "Um Guia para cultivo na própria fazenda de árvores nativas". Teria vontade o Serviço Forestal de produzir esse Guia?

Por Ricardo Carrere, Coordenador Internacional do WRM

- A invasão da celulose continua: empresas vinculadas com a Asia Pulp and Paper se estabelecem no Vietnã

A Asia Pulp and Paper (APP) é uma das empresas papeleiras mais polêmicas e

destrutivas do planeta. A empresa já clareou vastas áreas de florestas tropicais para abastecer sua fábrica de celulose de dois milhões de toneladas ao ano em Sumatra, Indonésia.

A APP está em constante expansão. Em setembro de 2007, o Vietnam Investment Review informou que a APP estava considerando a construção de uma fábrica de dois milhões de toneladas anuais de celulose no Vietnã. Apesar de esse plano não ter progredido até agora, parece que a APP está entrando no Vietnã através de uma empresa chamada Green Elite.

A Green Elite apareceu primeiramente no Camboja em março de 2004, quando começou a cortar as florestas de mangues e melaleuca dentro do Parque Nacional Botum Sokor. Mesmo que a concessão da plantação de acácias de 18.300 hectares tenha sido ilegal, já que estava dentro de um parque nacional, a empresa conseguiu clarear várias centenas de hectares e começou a construção de uma fábrica de lascas de madeira.

Finalmente, o ministério do Meio ambiente ameaçou a Green Elite com uma ação legal de US\$ 1 milhão por danos e reparações. Apesar de o processo ter sido posteriormente abandonado, fez pelo menos que a Green Elite saísse do parque nacional.

Ao que parece, a Green Elite tem vínculos estreitos com a Asia Pulp and Paper. Em setembro de 2004, o Cambodia Daily informou que milhares de mudas de acácia tinham sido importadas da Arara Abadi, que faz parte da empresa matriz- o Grupo Sinar Mas. O Cambodia Daily falou com ex-empregados da Arara Abadi que nesse momento estavam trabalhando para a Green Elite. Um deles, Frankie Ng, referiu-se à Arara Abadi e à “filiada” da Green Elite.

Outra confirmação do vínculo entre a APP e a Green Elite veio à tona em janeiro de 2005, quando Jeff Hayward da SmartWood escreveu a ONGs em Phnom Penh. Hayward explicou que a Smartwood “tinha sido contatada pela APP para desenvolver uma avaliação independente da área de concessão em Botum Sakor que a subsidiária Green Elite e o grupo administrador Green Rich Ltd visavam transformar em plantações.”

No dia 21 de janeiro de 2005, a APP apresentou uma declaração que negava qualquer envolvimento: “Nem a APP China nem o grupo APP têm qualquer participação ou interesse na Green Elite ou no Green Rich.” O que fica bem claro, apesar da estrutura labiríntica do Grupo Sinar Mas, é que a declaração não descarta de fato uma ligação entre a APP e a Green Elite.

Desde que começou a exploração no Camboja, a Green Elite já avançou a fronteira com o Vietnã. No dia 30 de maio, conforme o VietNamNet, a Green Elite solicitou às autoridades provinciais de Nghe Na uma licença pra estabelecer plantações. Em poucos dias, as autoridades outorgaram à companhia um certificado de investimento por 70.000 hectares de plantações. Uma subsidiária da Green Elite, a InnovGreen Nghe An, deve implementar o projeto.

As plantações na província de Nghe An fazem parte dos planos da Innov Green

sediada em Hong Kong para plantar um total de 349.000 hectares em seis províncias do Vietnã. As terras seriam arrendadas à InnovGreen por um período de 50 anos.

Apesar de ter sido plantada até agora só uma pequena área do total planejado, o VietNamNet informa que as plantações da InnovGreen já estão causando sérios problemas para as comunidades locais.

Lo Van Tho, líder da comuna de Cam Muon, disse ao VietNamNet que, “nós não recebemos nenhum benefício dessa empresa e eles não tem nenhum compromisso ou contrato com a comuna de Cam Muon”. No entanto 300 famílias da comuna entregaram suas terras à InnovGreen. O repórter do VietNamNet visitou o povoado de Huoi May, que abriga 39 famílias pertencentes do grupo indígena Kho Um. “A Innov Green tomou conta de nossas terras,” disse Vi Van Que, líder da equipe de produção do povoado. “Se eles não nos compensarem, vamos morrer de fome. Isso é um fato, estamos esperando a morte!”

Em Quang Ninh, o VietNamNet falou com Tang A Tai no povoado de Ban Danh. “Se eles arrendarem todas as terras florestais para plantar eucaliptos, onde irá morar minha família?” ele perguntou.

La Van Vi, secretário da divisão jovem da comuna de Ha Lau, disse que, “Muitas coisas irão mudar em 50 anos, mas uma coisa é certa: sem terras florestais, nós iremos morrer de fome!”

Dong Sy Nguyen parece ser alguém improvável para protestar contra as plantações industriais de árvores. Ele é um tenente geral reformado, ex membro do gabinete ministerial e membro do Politburo- Partido Comunista do Vietnã. De 1992 a 1998, o general Nguyen esteve encarregado de implementar o Programa 327, que visava o esverdeamento das estéreis colinas do Vietnã. Infelizmente o “esverdeamento” consistia principalmente em monoculturas de acácias e eucaliptos.

Mas em janeiro de 2010, o general Nguyen escreveu ao Primeiro Ministro do Vietnã, Nguyen Tan Dung, para expressar sua preocupação sobre o arrendamento de terras florestais a investidores estrangeiros.

No dia 10 de março de 2010, o Primeiro Ministro instruiu os governos locais para não permitirem nenhum outro projeto até o Ministro da Agricultura e o Desenvolvimento Rural (MARD) concluir as pesquisas nessa questão.

Em uma interessante entrevista para o VietNamNet, o general Nguyen explicou o problema central que enfrentam os proponentes das plantações industriais de árvores no Vietnã: a terra já está em uso. “Algumas províncias disseram que arrendaram as terras aos estrangeiros porque as terras não tinham sido usadas durante anos,” disse Nguyen. “É uma irresponsabilidade! Quando eu implementei o projeto 327, percebi claramente que nosso povo sempre precisa da terra.”

Nem eu mesmo poderia tê-lo dito melhor. Mas resta ver se o governo vietnamita ouvirá as falsas promessas da InnovGreen quanto a empregos e desenvolvimento ou a voz do General Nguyen e das comunidades locais.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

Um relatório recente, de Ernesto Cavallo em Hanoi: “Farmers’ Forests and Crop Land for Wood Pulp Factories? – The mean business practices of InnovGreen in Vietnam” está disponível em inglês em <http://bit.ly/btxBCQ>, e em vietnamês em: <http://bit.ly/br5T3N>

- Moçambique: vídeo e publicação sobre a expansão das plantações de árvores

O governo de Moçambique está dando andamento à expansão de monoculturas em grande escala de espécies exóticas de rápido crescimento, principalmente de eucalipto, pinheiro e teca, no norte do país. Em novembro de 2009, Winfridus Overbeek, membro da Rede Alerta contra o Deserto Verde e Domingos Firmiano dos Santos, líder comunitário afrobrasileiro (quilombola) de Angelim e líder nacional da CONAQ (Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas) fizeram uma visita de campo a Moçambique.

Ambos ativistas, envolvidos há muito tempo na luta contra as monoculturas de árvores no Estado do Espírito Santo, intercambiaram experiências com as comunidades afetadas no tocante aos impactos das plantações de monoculturas de árvores.

Organizações nacionais engajadas na questão- a UNAC (União Nacional de Camponeses) em Moçambique, e a UCA (União dos Camponeses e Associações de Lichinga)- receberam e acompanharam a delegação brasileira e organizaram visitas para que eles pudessem tomar conhecimento da atual introdução e expansão das monoculturas de árvores em Moçambique (vide Boletim Nº150 do WRM).

Como resultado da visita, foram elaboradas duas ferramentas – um vídeo e uma publicação. O vídeo “Ninguém come eucalipto. Em Moçambique também não” está disponível só em português e pode ser descarregado em http://www.wrm.org.uy/ninguem_come_eucalipto.html

A publicação “O avanço das monoculturas de árvores em Moçambique. Impactos sobre as comunidades camponesas na província de Niassa - um estudo de campo”, de Winfridus Overbeek, faz uma breve descrição da introdução e a expansão das monoculturas de árvores em grande escala em Moçambique e os diferentes estágios de implementação nas províncias de Nampula, Zambézia, Manica e Niassa.

Niassa, a maior província de Moçambique, tem sido o alvo do governo moçambicano para encaminhar algumas das companhias e investidores interessados nas plantações de pinheiros e eucaliptos que pretendem plantar várias centenas de milhares de hectares. A publicação oferece informações mais detalhadas da situação em Niassa incluindo a área potencial de plantações de árvores, os investidores, bem como o desenvolvimento potencial de projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) por parte de empresas dos países

industrializados do hemisfério norte que usariam as plantações de árvores para compensarem as emissões de CO2 em seus países.

A publicação pode ser acessada em
<http://www.wrm.org.uy/paises/Mozambique/livro.pdf>

- Banco Mundial: chega de financiamento para as plantações de dendezeiros!

Em agosto de 2009, a Corporação Financeira Internacional (CFI) e pouco depois o mais abrangente Grupo Banco Mundial (GBM) do qual faz parte suspenderam o financiamento para o setor do dendezeiro. Isso foi uma resposta às reclamações críticas de ONGs indonésias, organizações de povos indígenas e ONGs internacionais que desencadearam um relatório de auditoria condenatório emitido pelo Ombudsman e Assessor em matéria de Observância da própria CFI.

No entanto, o Banco parece estar determinado a continuar com o financiamento da expansão do dendezeiro na África, Ásia e América Latina iniciando o que define como “um processo aberto e participativo que abrange um grupo diverso de partes interessadas” a fim de desenvolver uma estratégia para “futuros vínculos no setor do dendezeiro”.

Como parte do processo, o Banco organizou diversas consultas: Washington (23-26 de abril), Indonésia (3-7 de maio), Costa Rica, (17-18 de maio), Gana (31 de maio-1 de junho) e Países Baixos (3-4 de junho).

Depois de completado o processo, o Banco irá “tomar anotações” das diversas perspectivas expressadas por um amplo leque de “partes interessadas” e irá sugerir uma estratégia que permitirá que continue o financiamento da expansão desta polêmica plantação.

Diante disso, vários grupos sociais e ambientalistas, que têm estado denunciando a maquiagem verde das plantações de dendezeiros iniciaram uma ação. No dia 18 de maio de 2010, foi enviada uma carta ao Banco Mundial em nome de mais de 80 organizações de mais de 34 países instando o Banco Mundial a deter o financiamento das plantações de dendezeiros.

A carta enfatiza que, “A evidência providenciada pelo dano documentado em nível ambiental e social decorrente das plantações industriais de dendezeiros faz com que seja necessário insistir em que essas plantações fazem parte de um modelo de produção extrativista em grande escala voltado para a exportação, que é intrinsecamente insustentável.” Como resultado, a carta conclui que, “O que é, portanto, necessário é deter a expansão das monoculturas de dendezeiros” e que “O Banco Mundial não deve financiar as plantações de dendezeiros.”

A carta pode ser acessada em: http://www.wrm.org.uy/actors/WB/Letter_2010.html
Se quiser expressar seu apoio a esta carta, você pode enviar um e-mail a:
unsustainablepalmoil@gmail.com
Ou você pode acessar o site: <http://www.salvalaselva.org/>
